



# A SECA DE SEMPRE E SUAS NOVAS FACES

**Um movimento em defesa do Semiárido Brasileiro e de seu Povo**

Setecentas mil pessoas mortas. Este é o número de nordestinos vítimas da seca no início da década de 1980, documentado no livro *O genocídio do Nordeste 1979 - 1983*, resultado de um levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, Centro de Estudos e Pesquisas Agrárias do Ceará - CEPAC e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, em sete comunidades dos estados do Ceará, Piauí e Bahia. Do total das populações destas localidades, uma média de 2,5% morreu comprovadamente de fome naquele período, sendo de crianças a grande maioria.

“A partir daí, nunca tive dúvida de que o genocídio era uma política estatal para 'resolver' o problema da miséria absoluta. Em vez de erradicar a pobreza, erradica-se o pobre, preferencialmente enquanto ainda criança.” foi o que diante daqueles fatos concluiu o Herbert de Souza, o Betinho, do IBASE. Certamente, hoje não é esta a política estatal; mas qual é, então; o que a diferencia das históricas indústria e política e cultura da seca?

Passados 30 anos, este quadro denunciado então como “genocídio” foi sensivelmente mudado. A “região-problema”, compreendida por 977 mil km<sup>2</sup>, em que chove irregularmente em média 750 mm por ano e é habitada por 20 milhões de brasileiros, passou a ser vista com outros olhos. Houve avanços no Semiárido Brasileiro, engendrados pelo movimento popular através de associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, igrejas e ONGs, que juntos buscaram alternativas para enfrentar os períodos de seca, que mais ou menos graves sempre vêm. A congregação de mais 750 destas entidades na ASA - Articulação do Semiárido significou um novo patamar para a vida na região, com mais visibilidade para a questão e suas soluções alternativas, e exemplo de efetividade em políticas públicas de recursos hídricos. Uma Nova Cultura do Semiárido foi construída pautada pela formação e mobilização social em torno da ideia de convivência com o clima, tirando proveito dele. A partir daí e só então, não se trata mais de “combater a seca”, mas de conseguir um estilo de vida apropriada às condições geoambientais do bioma Caatinga com seu clima Semiárido, que não é só seco, tem também seus períodos úmidos, nos quais é que se deve investir.

Apesar dos avanços que reduziram a situação de tragédia vivenciada pelos sertanejos há 30 anos, não se pode ignorar que a sede, humana e animal, ainda é uma realidade no sertão nordestino, como agora no atual, longo e forte período de estiagem. Que torna ainda mais prementes as necessárias políticas públicas emergenciais e estruturantes, sobretudo estas últimas, que nunca foram efetivamente realizadas, para que as famílias possam viver os períodos de seca mais intensa com dignidade e sem os ainda graves prejuízos nas economias domésticas e dos municípios. Políticas estas que não são outras senão as básicas, correspondentes a Direitos Humanos fundamentais: saúde e educação públicas universais e de qualidade; reforma agrária e reconhecimento legal dos territórios tradicionais; crédito agrícola diferenciado e assessoria técnica competente; trabalho formal e previdência social pública; preservação socioambiental.

Na contramão, porém, os governos, mesmo tendo mudado personagens e discursos, continuam com a velha prática de “combater a seca”, ainda mais notória em períodos eleitorais, reciclando a indústria, a política e a cultura da seca, agora com novas faces, nas quais as desigualdades sociais, historicamente construídas, permanecem e ganharam

## **A SECA DE SEMPRE E SUAS NOVAS FACES - Um movimento em defesa do Semiárido Brasileiro e de seu Povo**

novo impulso com volume considerável de investimentos. Tal é o que sucede, no sertão nordestino, com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC, com abertura a grandes blocos de investidores, a fim de construir infraestrutura para atender a demanda de grandes empresas nacionais e transnacionais voltadas à exportação. São os casos da malfadada Transposição do Rio São Francisco, da Ferrovia Transnordestina, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, dos projetos eólicos, de agrocombustíveis e de energia nuclear. São projetos em que prevalece a mesma lógica anterior de acumulação, dando por certo, falaciosamente, que resultam em bem de todos, e ignorando, acintosamente, graves impactos socioambientais.

Por outro lado, não se vê o mesmo empenho em projetos como os propostos pela Agência Nacional de Águas - ANA, no Atlas Nordeste de Abastecimento Urbano de Água, que prevê pequenas e médias obras hídricas em 1.794 municípios, num valor total de pouco mais de R\$ 9,13 bilhões, para dotá-los de água suficiente (151 m<sup>3</sup>/s) para atender a demanda de consumo humano até 2025. O programa Água para Todos significou avanço, mas também não escapa às injunções político-eleitorais. Ainda se trocam votos por água, como na presente campanha eleitoral.

Ao contrário, atualmente a mais fundamental e abrangente política pública de recursos hídricos no Semiárido, que tem eixo estratégico nas cisternas familiares de placas para captação de água de chuva para consumo humano e produtivo (Programas Um Milhão de Cisternas e Uma Terra e Duas Águas), em parceria com a ASA, é ameaçada pelas empresariais cisternas de plástico, ineficientes, desmobilizadoras, mais custosas, de duvidosos interesses político-eleitorais.

Acrescenta-se aí a expansão do agronegócio, que redescobriu as potencialidades do Semiárido, assentado no uso intensivo de terra, água e insumos, como fertilizantes e agrotóxicos, e trabalho precarizado, muitas vezes trabalho escravo, com vasto investimento público em crédito e infraestrutura para a sua instalação e operacionalização. Contrastando, ainda que tenham aumentado os recursos para a agricultura familiar camponesa, são estes infinitamente inferiores, o que revela a opção pelo grande capital e pelo mercado externo, pelos indicadores macroeconômicos, ao revés das soberanias alimentar e política nacionais.

Em consequência, acelera-se a desertificação (arenização), com 45% da Caatinga já devastada, ameaçando uma biodiversidade única no mundo e ainda em grande parte desconhecida, o que degrada ainda mais as condições de vida do povo sertanejo.

No que se referem às políticas sociais, estas não vão muito além de medidas compensatórias e excessiva propaganda. O Bolsa Família, Brasil Carinhoso, Bolsa Estiagem, Garantia Safra e outras peças do Plano "Brasil sem Miséria" não evoluíram de uma fase emergencial, mas se cristalizaram revelando-se paliativos e ilusões promovidas por governos que teimam em induzir a população a pensar que se combate a seca com superestruturas. São programas que não alteram a posição econômica e política da maioria pobre e subalterna da população, em detrimento de modificações estruturais no quadro de desigualdades sociais e políticas fundadas na permanente e agravada concentração da terra, da água e do poder.

A trágica história da seca de 30 anos atrás não deve ser esquecida, quanto mais porque se recicla na atualidade. A "velha seca" ganha estas novas faces e continua lançado sobre nós o desafio de fazer eco ao sofrimento e aos clamores do povo do sertão por medidas concretas eficazes, parte de um outro projeto de nação, voltado para o bem real de seu próprio povo. Nesta direção, lançamos a proposta de nos debruçarmos sobre este velho/novo assunto e unirmos forças na luta pela vida abundante e digna para os homens e mulheres do Semiárido Brasileiro - a começar pelo direito humano a água para consumo humano e dessedentação animal -, fazendo memória, denunciando e informando, debatendo e propondo, da seguinte forma:

1º) Como ponto de partida imediata, para chamar a atenção da opinião pública sobre a situação atual e as raízes inalteradas da seca no nordeste e a necessidade de políticas públicas de outra estruturação política-econômica-social-cultural da região, em solidariedade com os que nela passam fome e sede, propomos a realização de um DIA DE JEJUM, em locais públicos, com momentos celebrativos, informes, denúncias, debates, música, teatro, cinema em DIA de MÊS, nos diversos cantos do Brasil. Trata-se de proclamar com uma atitude radical, a primazia dos relacionamentos humanos éticos e solidários que dialogam e encontram soluções, sobre o consumismo individualista vendido como "crescimento";

2º) Para meados do ano que vem, 2013, propomos um ACAMPAMENTO POPULAR, em algum lugar central da região semiárida, liderado pelas entidades e movimentos sociais, com a realização de oficinas temáticas sobre a seca e a convivência com o Semiárido encerrado por uma grande plenária afirmativa e propositiva.

A CPT lança esta proposta na esperança de que esteja exprimindo sentimentos comuns a tantos quantos pessoas e entidades que atuam na região semiárida e estão incomodados com a situação, sentimentos que possam se concretizar nestas agendas a serem construídas e realizadas em conjunto por todos e todas que a elas aderirem. Para agilizar este processo, estamos criando um perfil no Facebook ( ) e uma lista de discussão por Email ( ). Como data-limite para adesões a este manifesto e a esta agenda propomos DIA 6 DE SETEMBRO DE 2012.

**Com um abraço sertanejo,  
Salvador, 22 de agosto de 2012.  
Comissão Pastoral da Terra / Bahia.**